

Venezuela: rupturas e macrocenários*

Venezuela: ruptures and macroscenarios

REINALDO GONÇALVES | reinaldogoncalves1@gmail.com
Professor titular de Economia Internacional da UFRJ, Brasil.

Resumo Este artigo tem como objetivo principal analisar a atualidade e o futuro da Venezuela. O horizonte é de longo prazo. Mais precisamente, o objetivo é examinar as incertezas críticas que determinarão as probabilidades de ocorrência de cada um dos macrocenários apresentados. Os três macrocenários são: projeto socialista, crise sistêmica e transformismo. **Palavras-chave** Venezuela; cenários de longo prazo; socialismo.

Abstract This article aims at analyzing the present situation and the future of Venezuela. It takes a long term perspective. More specifically, the objective is to examine the critical uncertainties that will shape the probabilities of each one of the macroscenarios. One discusses three scenarios: socialism, *transformism* and systemic crisis. **Keywords** Venezuela; long-term scenarios; socialism.

* Este artigo é uma versão atualizada e ampliada de texto originalmente preparado para a Escola de Políticas Públicas e de Governo (EPPG), IUPERJ. O autor agradece a Luiz Alfredo Salomão e a dois pareceristas pelos seus comentários. O artigo é de exclusiva responsabilidade do seu autor.

Introdução

Na América Latina surge, de forma cada vez mais evidente, o imperativo econômico, social e político da transformação ou, até mesmo, da ruptura. Nos últimos anos a região tem sido um extraordinário laboratório em que se confrontam diferentes experimentos de modelos de sociedade. Estes experimentos objetivam, fundamentalmente, a interrupção e reversão da trajetória de instabilidade e crise das últimas duas décadas do século XX. Em alguns casos o que há é, simplesmente, adaptação de modelos anteriores, enquanto em outros casos trata-se da ruptura com a trajetória anterior. No Chile, Peru e Uruguai trata-se de adaptação do modelo de liberalismo livre-cambista. No Brasil, Colômbia e Paraguai há diferentes versões do que se pode chamar de Modelo Liberal Periférico. De modo geral, seja no liberalismo livre-cambista, seja nas versões nacionais do Modelo Liberal Periférico, na primeira década do século XXI o que se constata é a manutenção dos pilares do neoliberalismo reforçados por políticas focalizadas de combate à pobreza. Ou seja, variações em torno do social-liberalismo.¹

Por outro lado, na Venezuela, Bolívia e Equador o processo de ruptura é particularmente relevante quando se considera que os novos modelos têm clara orientação socialista ainda que haja inúmeras indefinições e distinções. Vale destacar que este fato assume uma dimensão histórica extraordinária não somente na América Latina, mas também no contexto da história mundial contemporânea.² Neste contexto de transformações globais no início do século XXI, os processos de ruptura via projetos de orientação socialista – principalmente na Venezuela – representam marcos históricos para a América Latina e o conjunto dos países em desenvolvimento.

Este texto tem como objetivo principal analisar a atualidade e o futuro da Venezuela. O horizonte é de longo prazo. Mais precisamente, o objetivo é examinar incertezas críticas que determinarão as probabilidades de ocorrência de cada um dos macrocenários apresentados.

1 Para uma discussão conceitual e análise empírica que leva à classificação proposta, ver Gonçalves (2009).

2 Na última década do século XX e na primeira do século XXI constatam-se dois fatos que certamente se firmarão como registros históricos marcantes. O primeiro é a derrocada do sistema socialista, principalmente na Europa, com a ruptura do bloco soviético e das economias centralmente planejadas assentadas no controle estatal dos meios de produção. A transição de economias socialistas para economias capitalistas envolveu, de fato, a ruptura com o modelo anterior. O segundo marco histórico é o surgimento da China como potência no sistema econômico internacional. Este país está sob o controle de um partido comunista e com uma economia mista fortemente regulada pelo Estado. A China, cuja economia tem crescido à taxa de 10% ao ano desde 1978 e que responde atualmente por 15% da renda mundial, tornou-se a segunda mais importante economia do mundo, depois dos Estados Unidos.

A Venezuela defronta-se com três macrocenários significativamente distintos. O primeiro expressa a realização bem sucedida do projeto de desenvolvimento socialista do governo Chávez que tomou posse em fevereiro de 1999 (*trajetória socialista*). O segundo resulta do fracasso rotundo deste projeto, no atual mandato de Chávez (que termina em 2012) ou no período posterior, com ou sem Chávez na liderança política (*cenário de crise sistêmica*). E a terceira trajetória significa o processo de abandono gradual do projeto socialista, mais especificamente, a mudança de estratégia dos grupos dirigentes (*cenário do transformismo*). Neste último cenário, após disputas internas e sob pressão externa, os grupos dirigentes seguirão a linha de menor resistência e se acomodarão via conciliação e reformas de pouca extensão e profundidade, e com o abandono de experimentos de orientação socialista, principalmente, as novas formas de propriedade social. Na prática, esta terceira trajetória (denominada *transformismo*) implica o fracasso do projeto socialista e a reconfiguração das oligarquias econômicas e políticas do país.

Ruptura e desempenho

O processo de ruptura na Venezuela tem como primeiro registro histórico importante a eleição de Hugo Chávez em dezembro de 1998 e o início do seu governo em fevereiro de 1999.³ A reforma constitucional implicou novas eleições em julho de 2000, quando Chávez foi reeleito para um período de seis anos, ou seja, até dezembro de 2006. Hugo Chávez foi, mais uma vez, reeleito (2007-2013). Os primeiros cinco anos do governo Chávez foram marcados por forte oposição liderada, principalmente, pelo setor empresarial e, em particular, pela federação de associações patronais (Fedecámaras) que é dominada pelas grandes empresas. Greves gerais patrocinadas pela Fedecámaras tiveram grande repercussão em 2001 e 2002.⁴ Ao mesmo tempo, o setor do petróleo – força-motriz da economia venezuelana – foi uma restrição às tentativas de mudanças do primeiro governo Chávez. O novo grupo dirigente teve dificuldades para controlar a empresa estatal de petróleo PDVSA que tem grande impacto sobre a economia

3 A Venezuela passou por graves crises e rupturas institucionais ao longo do século XX. Cano (2000, p. 499-546) apresenta um rico panorama histórico da Venezuela, principalmente após 1929.

4 Para uma ótima análise sintética dos traços marcantes da evolução econômica e política da Venezuela pós 1998, ver Severo (2009).

venezuelana.⁵ No mercado internacional o preço do petróleo estava em níveis relativamente baixos (média de aproximadamente US\$ 25 o preço do barril no período 1999-2002). E na Venezuela houve greves neste setor, com destaque para as greves gerais no final de 2002 e início de 2003, que tiveram impacto negativo sobre a produção e a renda do país.

A instabilidade sistêmica envolveu não somente o fraco desempenho da economia, como também convulsão social e o golpe de Estado em abril de 2002, que fracassou.⁶ Os grupos dirigentes, sob a liderança de Chávez, foram capazes de derrotar a oposição e, como resultado, no início do segundo trimestre de 2003 a Venezuela entrou em nova trajetória de desenvolvimento econômico, social e institucional. Vale assinalar que o país se beneficiou da fase ascendente do ciclo econômico internacional.

Focando a análise nas questões relativas ao desenvolvimento econômico venezuelano, pode-se afirmar que a trajetória de longo prazo tem se mostrado sustentável e se caracterizado por elevado crescimento econômico, redução da pobreza e relativa estabilização macroeconômica. Neste último caso, as taxas anuais de inflação de dois dígitos (da ordem de 20%) resultam do crescimento acelerado que provoca forte pressão de demanda, ao mesmo tempo em que o país continua com sérias restrições pelo lado da oferta. Não obstante a pressão inflacionária, a situação macroeconômica venezuelana tem sido relativamente favorável nos últimos anos. As condições favoráveis das contas externas permitem, via importações, o afrouxamento de parte das restrições pelo lado da oferta. Os indicadores apontam claramente para uma melhora ao longo dos anos, como analisado mais adiante.

Entretanto, deve-se chamar atenção para o fato de que o processo de ruptura na Venezuela não tem sido marcado por uma trajetória linear. Para fins analíticos pode-se sugerir a seguinte periodização: 1999-2003; 2004-07; e, de 2008 em diante. Os marcos históricos relevantes de cada um destes períodos variam. O primeiro período coincide com o início do governo Chávez e a fase de ruptura e instabilidade. A eleição de Chávez em 1998 e o início do seu primeiro governo em fevereiro de 1999 são os primeiros marcos relevantes do projeto de ruptura. Este primeiro

5 O efeito multiplicador dos gastos públicos e da renda gerada pela empresa petrolífera estatal PDVSA é muito significativo. Os gastos do setor público correspondem a aproximadamente um terço do PIB, enquanto o setor petróleo gera cerca de um quarto da renda do país. Ver Banco Central da Venezuela. Disponível: http://www.bcv.org.ve/excel/5_2_7.xls?id=341.

6 O golpe durou dois dias (12 e 13 de abril). No dia 12 foi empossado na presidência da República o presidente da Fedecâmaras, que foi destituído no dia seguinte quando Chávez retomou ao poder. Ver http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/venezuela/o_golpe.shtml.

período é marcado por forte instabilidade institucional que envolve, inclusive, o golpe de estado fracassado de abril de 2002. Além dos problemas políticos internos, o país defrontou-se com as restrições impostas pela desaceleração da economia mundial e pela queda do preço do petróleo no período 2001-02. Não obstante, neste período houve mudanças institucionais importantes que serviram de base para o período seguinte de reativação econômica, a saber, a nova Constituição de 1999, a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos de 2001 e o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (2001-07) de 2001.⁷

O segundo período também foi marcado por fortes tensões nas relações, processos e estruturas políticas em decorrência das reformas institucionais. No entanto, estas pressões foram amortecidas pelo desempenho econômico e pelas políticas sociais que se beneficiaram sobremaneira da forte tendência de elevação do preço do petróleo. A fase ascendente do ciclo econômico internacional (2003-07) criou condições favoráveis para a estabilização e crescimento da economia venezuelana e a abertura de uma fase com melhor desempenho.

Esta fase é revertida em meados de 2008 com a crise econômico-financeira global, quando se iniciou um terceiro período marcante para a história recente da Venezuela. A crise de 2008 impõe, por meio de diversos mecanismos – principalmente, a queda abrupta do preço do petróleo – restrições ao desenvolvimento da Venezuela no futuro previsível. Neste ponto vale destacar, mais uma vez, que a economia venezuelana é particularmente vulnerável à evolução do preço internacional do petróleo.⁸ Esta *commodity* é não somente uma fonte importante de expansão da renda como também é a principal base fiscal do país.

No primeiro período (1999-2003), o PIB venezuelano sofreu forte contração (queda acumulada superior a 15%). De fato, a participação da Venezuela na economia mundial (renda) caiu de 0,548% em 1998 para 0,395 em 2003, como mostra o Quadro 1. O fraco desempenho dos investimentos também esteve acompanhado de pressão inflacionária não-desprezível. As contas externas, por seu turno, apresentaram evolução relativamente favorável ainda que instável. Neste caso, naturalmente, a influência determinante é o preço internacional do petróleo.

7 Ainda como diretrizes e medidas importantes desta primeira fase, vale mencionar: estatizar efetivamente a PDVSA; acabar com a autonomia do Banco Central; estabelecer controles de câmbio e de capitais; reduzir a taxa de juros; aumentar o crédito; criar um novo sistema financeiro público; utilizar as reservas internacionais para o desenvolvimento industrial e agrícola; combater o latifúndio e os monopólios privados; revisar a dívida externa ilegítima; e, democratizar o acesso à educação. Ver Severo (2009, p. 96).

8 A Venezuela tem o mais elevado índice (Herfindahl-Hirschmann) de concentração das exportações da América Latina e um dos maiores do mundo. Ver UNCTAD (2009), p. 196.

Quadro 1: Venezuela: Indicadores macroeconômicos, 1998-2008

	PIB, var. real %	PIB da Venezuela como % do PIB mundial	Investimento, var. real %	Taxa de investimento (% do PIB)	Inflação, IPC %	Saldo conta corrente, % PIB	Preço médio do petróleo (US\$ / barril)
1998	0,3	0,548	4,4	28,8	35,8	-4,9	13
1999	-6,0	0,498	-10,6	27,4	23,6	2,2	18
2000	3,7	0,493	6,7	28,2	16,2	10,1	28
2001	3,4	0,499	13,6	30,9	12,5	1,6	24
2002	-8,9	0,443	-34,0	22,4	22,4	8,2	25
2003	-7,8	0,395	-35,5	15,7	31,1	14,1	29
2004	18,3	0,445	91,3	25,3	21,7	13,8	38
2005	10,3	0,472	30,5	30,0	16,0	17,7	53
2006	10,3	0,496	31,6	35,7	13,7	14,7	64
2007	8,4	0,513	26,6	41,7	18,7	8,8	71
2008	4,8	0,524	2,9	41,0	30,4	12,3	97
Média anual							
1999-2003	-3,1	0,5	-9,2	25,6	21,2	7,2	24,8
2004-08	10,4	0,5	36,6	34,7	20,1	13,5	64,6

Fontes: Banco Central da Venezuela.

Disponível: <http://www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp>.

IMF, *World Economic Outlook Database*. Acesso: 30 de julho 2009.

Disponível: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/01/weodata/index.aspx>.

A renda *per capita* venezuelana caiu de quase US\$ 5 mil no início do governo Chávez em 1999 para menos de US\$ 4 mil em 2003. A renda *per capita* da Venezuela que era historicamente superior à renda média *per capita* da América Latina (cerca de 20% maior no início do governo Chávez) chegou a ficar ligeiramente menor do que a renda média regional em 2003. A queda de renda *per capita* implicou elevação da taxa de desemprego que chegou a 18,0% em 2003. No período de forte instabilidade institucional (2002-03) a renda *per capita* do país caiu 20%.

Neste período a remuneração média real do trabalhador venezuelano sofreu queda de quase 30%.⁹

Entretanto, após 2003, há o movimento contínuo de elevação do preço do petróleo no mercado internacional. O preço médio do petróleo subiu de US\$ 29 o barril em 2003 para US\$ 97 o barril em 2008.¹⁰ O resultado é que a partir de 2004 houve extraordinário desempenho da economia venezuelana. Não há como minimizar o fato de que esta favorável situação econômica foi determinante para a melhora do quadro social, político e institucional do país. No período 2004-08 o PIB venezuelano cresceu a uma taxa média anual superior a 10%. Houve também recuperação do salário real do trabalhador e a renda *per capita* da Venezuela voltou a ser superior à renda *per capita* média da América Latina. E em 2008 a participação da economia venezuelana no conjunto da economia mundial retornou basicamente aos níveis do final do século XX. Impulsionada pelo setor de hidrocarbonetos, os investimentos cresceram a taxas extraordinariamente elevadas no período 2004-07.¹¹

O segundo período, marcado por alto crescimento da renda, também se caracterizou pela expansão dos gastos sociais. Ainda que haja diferenças significativas entre os gastos aprovados e os gastos realizados, houve aumento do gasto social *per capita* e da proporção do gasto social no PIB.¹² Os gastos sociais beneficiam-se de recursos extra-orçamentários do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FONDEM). Este fundo é constituído por recursos provenientes, principalmente, da produção de petróleo transferidos pela PDVSA, bem como recursos provenientes de outras empresas estatais. A política social do governo Chávez também é reforçada pela política de rendas. A evidência disponível mostra que a classe dos trabalhadores assalariados foram os que obtiveram maiores ganhos relativos ao longo dos anos, comparativamente aos empregadores e aos trabalhadores por conta própria.¹³

9 Ver CEPAL, *Panorama Social da América Latina e do Caribe*. Acesso: 30 de julho 2009. Disponível: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/2/34732/P34732.xml&xsl=/dds/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>.

10 Em 2008 o preço médio do petróleo no mercado internacional chegou a quase US\$ 150 o barril.

11 Ver CEPAL, *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2008*. Acesso: 30 de julho 2009. Disponível: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/5/34845/P34845.xml&xsl=/de/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>.

12 Segundo Severo (2009, p. 106) a participação do gasto social no PIB aumentou de 8,2% em 1998 para 13,6% em 2006.

13 *Ibid.* Estes resultados não implicam, necessariamente, melhora na distribuição funcional da renda, como discutido mais adiante. Muito provavelmente a pesquisa que serve de base para estas conclusões subestima a renda total dos empregadores e/ou deixa de lado a renda do grande capital.

A combinação da política social com a política de rendas permitiu melhora significativa na situação social e na distribuição da renda ao longo do governo Chávez. A evidência é conclusiva a respeito da melhora dos indicadores sociais que envolvem saúde, educação, pobreza e seguridade social.¹⁴ No que se refere à distribuição da renda, o coeficiente de Gini caiu de 0,498 em 1999 para 0,427 em 2007. Neste mesmo período a participação dos 10% mais ricos na renda diminuiu de 31,4% para 25,7% e a relação entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres reduziu-se de 15,0 para 9,3.¹⁵

Neste ponto vale destacar que a melhora da distribuição da renda expressa, muito provavelmente, o impacto da política de transferências do governo. Este argumento é apoiado pelo fato de que a remuneração média real do trabalhador venezuelano tem queda significativa no período 1998-2008, ainda que tenha havido pequeno ganho real no período de reativação econômica (2004-08). Para ilustrar, entre 1998 e 2008 o PIB *per capita* cresceu cumulativamente 16,0%, enquanto a remuneração média real do trabalhador caiu 18,8%, como mostra o Quadro 2. Ademais, a relação entre a remuneração média nominal do trabalhador e o PIB *per capita* nominal reduziu-se à metade no período em questão. Esta queda é particularmente evidente no caso dos trabalhadores do setor privado (queda de 56,4%). No setor público a queda foi de 27,1%. Ou seja, a melhora da distribuição da renda na Venezuela parece seguir o padrão observado em muitos países da América Latina: menor desigualdade na distribuição intra-salarial (inclusive benefícios dos programas sociais) e manutenção da concentração funcional (remuneração do trabalho *versus* remuneração do capital). Os programas sociais, os benefícios da previdência e o salário mínimo são os instrumentos para esta melhora da distribuição da renda dentro da classe trabalhadora. Entretanto, estas medidas não alteram, efetivamente, a posição relativa das classes sociais na apropriação da renda.

14 Ver os dados e indicadores do INE (Instituto Nacional de Estadística) e do SISOV (Sistema Integrado de Indicadores Sociales de Venezuela), bem como a análise de WEISBROT, RAY e SANDOVAL (2009).

15 Ver: CEPAL, *Panorama Social da América Latina e do Caribe 2008*. Acesso: 30 de julho 2009. Disponível: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/2/34732/P34732.xml&xsl=/dds/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>.

Quadro 2: Venezuela: Remuneração do trabalhador, 1998-2008 (índice 1998 = 100)

	PIB real per capita	Remuneração média real (a)	Remuneração do trabalhador (b)		
			Geral/PIB	Setor privado/PIB	Setor público/PIB
1999	92,2	95,3	108,0	111,0	98,4
2000	93,9	99,2	99,2	99,6	98,3
2001	95,3	106,1	108,0	103,8	122,3
2002	85,3	94,3	98,5	95,8	108,2
2003	77,2	77,8	87,5	85,9	93,3
2004	89,8	78,0	68,8	64,7	82,4
2005	97,3	80,1	58,5	53,7	74,6
2006	105,6	84,1	54,6	48,4	75,7
2007	112,5	85,1	54,3	47,6	76,9
2008	116,0	81,5	50,3	43,6	72,9

Fontes: Elaboração do autor com base em dados do Banco Central da Venezuela.

Disponível: http://www.bcv.org.ve/excel/4_2_4.xls?id=375.

CEPAL. *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2008*.

Disponível: <http://www.eclac.org>.

Notas: (a) Remuneração nominal deflacionada pelo índice de preços ao consumidor.

(b) Relação entre a remuneração nominal do trabalhador e o PIB *per capita* em valores correntes.

Ademais, na Venezuela não se observa mudança significativa na distribuição patrimonial. A participação do setor privado no PIB mantém-se em torno de 60% no período 1998-2008. O que se verifica, de forma evidente, é o aumento da carga tributária.¹⁶

A terceira fase, que se iniciou em 2008, tem como referência fundamental a crise econômica global. Neste sentido, vale destacar que a Venezuela tem elevada vulnerabilidade econômica externa em decorrência do peso específico do petróleo na geração de renda, receita fiscal e divisas estrangeiras. Já em 2008 verificou-se o impacto da crise global. Para ilustrar, a taxa de crescimento do PIB, cuja média anual tinha sido superior a 10% no período 2004-07, foi de 4,8% em 2008. Não há dúvi-

16 A participação média do setor privado no PIB mantém-se em torno de 60% e do setor público em 30%. A participação dos impostos no PIB aumentou de 9,1% em 1998 para 11,5% em 2008. Ver dados do Banco Central da Venezuela. Disponível: http://www.bcv.org.ve/excel/5_2_1.xls?id=333.

da que, dada a forte dependência da Venezuela em relação ao preço internacional do petróleo, a crise global afeta de forma significativa o país. Ou seja, a conjuntura internacional é uma incerteza crítica para a trajetória futura da Venezuela.

Projeto de orientação socialista

O macrocenário da *trajetória socialista* está claramente definido na posição do atual governo da Venezuela e das suas principais lideranças. Em 15 de dezembro de 2006 Chávez apresentou a proposta de criação do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) e fez referência à questão da economia da seguinte forma: “A transformação do modelo econômico é fundamental se queremos construir um verdadeiro socialismo. Então, há que socializar a economia, o modelo produtivo, criar um modelo verdadeiramente novo que privilegie o trabalho sobre o capital, que coloque o acento sobre a propriedade social, que gere novas relações de produção, que oriente o esforço produtivo a satisfazer as necessidades de todo o povo.”¹⁷

Os pilares do socialismo na Venezuela, nos termos do atual debate no âmbito do PSUV, são a democracia direta e a democracia dos produtores. Particularmente relevante no processo de construção do projeto de orientação socialista na Venezuela tem sido o fato de que os grupos dirigentes expressam claramente a intenção de se evitar os erros históricos de experiências em outros países. Neste sentido, procura-se valorizar a democracia direta e o poder popular, bem como a democracia dos produtores. A democracia direta implica a consolidação do poder das comunidades. Os conselhos comunais e os referendos são instrumentos concretos de democracia direta que procura evitar a predominância de grupos dirigentes que operam as organizações da sociedade como oligarquias concentradoras de poder.

O outro pilar do projeto venezuelano de socialismo é a democracia dos produtores que implica ruptura com a propriedade privada dos meios de produção, eliminação das relações de produção com base na exploração e criação de formas alternativas de distribuição distintas do mercado. No que se refere às formas alternativas de propriedade social, há ênfase na propriedade comunal e na propriedade cooperativa.

17 Ver “Discurso de la Unidad”, p. 50. Disponível: <http://www.psuv.org.ve/>.

Não há dúvida que a transição de uma economia capitalista para uma economia socialista envolve formas mistas de propriedade, produção e distribuição. Este fato tem como referência o balanço entre propriedade pública e privada, bem como o escopo de funcionamento do mercado e as indivisibilidades técnicas na produção e distribuição. No caso dos documentos do PSUV e dos discursos das autoridades venezuelanas, as orientações são na direção da propriedade pública (estatal, comunal e cooperativa), o que não impede a existência da propriedade privada. Ou seja, a orientação socialista está associada à economia mista. No que se refere à distribuição, o projeto de orientação socialista venezuelano, apesar da ênfase colocada nas formas alternativas de distribuição, não impede o aperfeiçoamento do mercado em que operam agentes econômicos públicos e privados, principalmente via regulação.

No longo prazo a trajetória socialista da Venezuela abarca processos de tentativa e erro. Trata-se de uma experimentação social específica que requer transformações profundas. A história dos países da Europa oriental e central fornece algumas lições importantes no sentido de se evitar erros fundamentais. Por outro lado, a história contemporânea da China dá outras lições tanto em relação aos erros quanto, principalmente, aos sucessos na transição de modos de produção e de regulação do mercado. Os discursos e documentos dos atuais dirigentes venezuelanos sugerem que eles estão conscientes das lições das experiências históricas. No entanto, é muito provável que a Venezuela tenha que aprender com seus próprios erros visto que não se trata de reproduzir na América do Sul os modelos experimentados em outras regiões com processos muito distintos de formação histórica.

A dinâmica de tentativa e erro nas experiências de estratégia e política econômica não implica, necessariamente, uma trajetória de longo prazo marcada por instabilidade e crise. Neste sentido, a experiência chinesa dos últimos 30 anos é evidência conspícua. Ou seja, ainda que haja fortes restrições e incertezas críticas de longo prazo – inclusive no que se refere aos determinantes do investimento privado – não se deve descartar a hipótese otimista de que a *trajetória socialista* da Venezuela pode ser relativamente estável e sustentável no longo prazo. Naturalmente, este cenário claramente otimista exige certas condições e está associado a certos critérios de desempenho.

A qualidade dos grupos dirigentes é, sem dúvida alguma, a primeira condição necessária para a transição e implementação do projeto de transformação. Este fato é informado pelas experiências históricas, em particular, as europeias. A

qualidade dos grupos dirigentes e a natureza das organizações explicam, em parte, o fracasso de projetos de transformação no século XIX (por exemplo, a Itália), as disputas políticas no início do século XX (Alemanha) e a ruptura do final do século XX (Rússia e países do bloco socialista na Europa Central e Oriental).¹⁸ A evidência histórica disponível mostra, então, que é preciso evitar a consolidação de grupos dirigentes que se firmem como verdadeiras aristocracias dentro de organizações estatais ou para-estatais, cujo poder consolidado e não controlado pelo povo, tende a deformar as estratégias e políticas.¹⁹ Este fato é recorrentemente reconhecido pelas autoridades venezuelanas.²⁰ Ademais, o país defronta-se com a incerteza crítica do papel de Hugo Chávez na liderança do processo político a partir de 2013, quando se encerra o terceiro mandato deste ator político protagonista na arena venezuelana.

A segunda condição é que haja avanço e consolidação de uma nova hegemonia na sociedade venezuelana. Esta hegemonia se expressa nos valores e ideais da nova sociedade configurada na trajetória socialista. No conjunto destes valores e ideais destacam-se a democracia direta e a democracia dos produtores, conforme mencionado acima. Este é, naturalmente, um processo de longo prazo que passa por reformas de grande impacto. A questão dos meios de comunicação é central neste processo. A não renovação da licença de transmissão da RCTV (rede de televisão de alcance nacional) e a criação de uma nova rede de TV de serviço público fazem parte da disputa pela hegemonia no país. O desenvolvimento do sistema educacional também é instrumento importante para a formação de novo *ethos* social. O governo atual tem se mostrado pró-ativo e explorado as oportunidades de criação de nova hegemonia no plano dos ideais e dos valores na sociedade venezuelana. Conceitos como “bolivarianismo” e “poder popular”, ainda que, frequentemente, marcados por imprecisões, têm sido instrumentais na disputa política interna e externa.

A terceira condição também tem dimensão social e política e reflete a disputa contínua pelo poder na Venezuela. Trata-se aqui da capacidade de resistência a

18 Vale notar que a América Latina também tem sua “quota” de transformismo de partidos e lideranças políticas. Para ilustrar: na Venezuela, o partido Ação Democrática nos anos 1960-70; no Peru o APRA (Alianza Popular Revolucionaria Americana) em vários momentos (inclusive, no período pós-Fujimori); no Chile, o Partido Socialista (no período pós-Pinochet); e, por que não mencionar, no Brasil, o PT (Partido dos Trabalhadores) a partir de 2003, com o Governo Lula.

19 O trabalho clássico é de Michels (1911).

20 Como afirma Chávez, com seu estilo peculiar, em relação ao PSUV “en el partido no puede haber ningún ladrón, corrupto, irresponsable, borracho.” Ver “Discurso de la Unidad”, p. 38. Disponível: <http://www.psu.org.ve/>.

pressões e fatores desestabilizadores internos e externos. Forças políticas internas e externas têm resistido à ascensão dos novos grupos dirigentes, inclusive por meio de golpe militar em 2002 (Severo, 2009, p. 100-101). Diferentes agrupamentos políticos continuarão a resistir tendo como foco da luta política a derrota do atual projeto de sociedade na Venezuela.

Ademais, não há dúvida que há o efeito demonstração da Venezuela na América do Sul e que a política externa do governo Chávez tem sido particularmente agressiva no sentido de confrontar determinados interesses externos no país e na região. Não cabe, naturalmente, exagerar a influência do governo da Venezuela nos processos recentes de transformação, por exemplo, na Bolívia e no Equador. Por outro lado, também não é possível negligenciar a influência do processo venezuelano. A palavra de ordem do “bolivarianismo” e a mobilização efetiva do governo Chávez na arena internacional têm o efeito de difusão da concepção de ruptura em escala regional. Neste sentido, a integração regional é uma forma de diversificação geográfica dos interesses econômicos da Venezuela, bem como um instrumento para o avanço de projetos de orientação socialista na América do Sul. Não é por outra razão que a empresa estatal de petróleo (PDVSA) é o ator protagonista desta estratégia.

A quarta condição expressa a capacidade do governo de apresentar resultados concretos para a sociedade venezuelana. A questão central não é somente a contínua redução da pobreza e a elevação do nível de vida das camadas de renda baixa e média, mas também a criação de perspectivas favoráveis para as futuras gerações. Tendo em vista a forte disputa política, não há dúvida que o apoio ao governo e a probabilidade de sucesso do projeto de ruptura requerem avanço dos direitos sociais e melhoras concretas do nível de bem-estar dos grupos sociais desfavorecidos e da classe média. Neste sentido, o governo venezuelano tem sido pró-ativo no combate à pobreza, o que se materializa em um conjunto de cerca de 20 programas sociais setoriais — as *misiones*.²¹ Na realidade, a probabilidade de sucesso da trajetória socialista depende diretamente das taxas de crescimento econômico e do sucesso dos programas sociais. O desafio é fazer com que a taxa média anual de crescimento do período 2003-08 (8%) seja a taxa de crescimento sustentável de longo prazo.

No que se refere ao padrão de vida, é necessário também que os níveis de inflação não se tornem séria restrição para acumulação de capital, melhora do

21 Ver o portal oficial <http://www.gobiernoenlinea.ve/miscelaneas/misiones.html>.

poder aquisitivo e distribuição de renda. A Venezuela tem tido taxas anuais de inflação de dois dígitos, da ordem de 20%. Embora a redução da inflação deva ser vista como meta importante no processo de estabilização macroeconômica, é previsível a contínua existência de pressões inflacionárias na economia venezuelana. Isto decorre não somente do elevado crescimento da demanda agregada, mas também das sérias restrições pelo lado da oferta, principalmente, de *non-tradeables* (produtos não comercializados internacionalmente). Entretanto, não se deve ver como uma “camisa de força” o *trade-off* entre, de um lado, inflação e, do outro, crescimento e distribuição de renda. A experiência histórica na América Latina mostra que é possível ter trajetórias de longo prazo caracterizadas por elevadas taxas de crescimento econômico e por taxas de inflação superiores à média mundial.²² Neste contexto, o maior desafio é combater os efeitos concentradores de renda, redutores do nível de bem-estar social e desestimuladores da acumulação de capital provocados pela inflação mais elevada. Neste sentido, há instrumentos como: diversificação e expansão da base produtiva doméstica; difusão e aprofundamento dos direitos universais; mobilidade social; políticas diretas de combate à pobreza (salário mínimo, transferências e previdência social); uso social do excedente econômico (via tributação e alocação dos gastos de custeio e investimento); e, mudanças estruturais na distribuição da riqueza.

No período 2003-07 houve melhora da distribuição da renda em função da redistribuição intra-idade assalariada e dos gastos sociais. Este é um fenômeno que parece estar ocorrendo de forma praticamente generalizada na América do Sul. A redução dos índices de pobreza também deriva, no caso da Venezuela, dos programas sociais (*misiones*). Entretanto, a menor concentração funcional da renda (remuneração do capital *versus* remuneração do trabalho) e a melhor distribuição intra-salarial são problemas estruturais sérios no longo prazo. O enfrentamento destes problemas depende do desempenho econômico, mais especificamente, de taxas elevadas de crescimento da renda (lucros e salários). O problema é que taxas elevadas de investimento e crescimento econômico dependem de estímulos à acumulação de capital pelo setor privado.²³ Portanto, é provável que a trajetória socialista na Venezuela não reduza significativamente o elevado grau de concen-

22 Para ilustrar, a taxa média de crescimento econômico de longo prazo do Brasil (1900-80) foi superior a 5% e esteve associada a uma inflação média de aproximadamente 20%. Ver Filgueiras e Gonçalves (2007).

23 Quanto menor for a renda do petróleo (apropriada pelo Estado venezuelano), maior tende a ser o estímulo ao setor privado para se alcançar determinados níveis de taxas de investimento e crescimento econômico.

tração da riqueza e da renda no país no futuro previsível. Este pode se tornar um dos pontos de maior fragilidade da trajetória socialista venezuelana.

A quinta condição está associada ao fortalecimento da economia, principalmente, com investimentos na infra-estrutura, diversificação da matriz de produção, redução da dependência em relação à produção de petróleo e auto-suficiência nos bens básicos. Vale destacar que um dos aspectos centrais do projeto socialista venezuelano é a auto-suficiência nos chamados bens básicos, que envolvem alimentos e bens de consumo, principalmente, não-duráveis. A Venezuela apresenta condições relativamente favoráveis em termos de disponibilidade de fatores de produção, com destaque para os recursos naturais. A formação de mão-de-obra qualificada exige investimentos expressivos em educação que são prioridade na agenda do atual governo desde 1999. Neste sentido, é condição fundamental que o Estado venezuelano continue se apropriando de parcela expressiva do excedente econômico através de diversos mecanismos (por exemplo, tributação, controle direto de empresas e relações contratuais com empresas privadas). Trata-se do uso social do excedente econômico orientado para enfrentar problemas sociais concretos, como a distribuição de alimentos e a concessão de crédito. O uso social do excedente econômico também é variável-chave para investimentos de longo prazo na infra-estrutura, projetos de diversificação da estrutura produtiva, elevação da capacidade gerencial, organizacional e tecnológica, e desenvolvimento institucional do país. Por outro lado, o afrouxamento das restrições relativas à disponibilidade de tecnologia e capital depende, em grande medida, do padrão de inserção internacional do país. Portanto, é evidente a necessidade de se agregar valor à produção de hidrocarbonetos e, simultaneamente, reduzir a dependência em relação a este setor.

A sexta condição necessária é a redução da elevada vulnerabilidade externa do país e a manutenção de termos de troca favoráveis. A economia venezuelana tem elevado grau de abertura. A relação entre as exportações de bens e serviços e o PIB é superior a 40% e a relação correspondente para as importações é maior do que 20%. A Venezuela tem a especificidade da enorme dependência em relação ao setor de hidrocarbonetos, que responde por cerca de um quarto do PIB e quatro quintos do valor das exportações totais do país. Portanto, o sucesso da trajetória socialista depende, em grande medida, da capacidade de diversificação da produção e da exportação. O fato é que, no horizonte previsível, a trajetória socialista venezuelana depende dos preços internacionais dos hidrocarbonetos. Neste ponto vale mencionar que um dos eixos estruturantes da política econômica externa

do atual governo tem sido a diversificação geográfica do comércio exterior no sentido de reduzir a dependência do país em relação ao mercado estadunidense. A integração regional é parte importante desta estratégia.

Naturalmente, o sucesso da *trajetória socialista* na Venezuela no horizonte 2020 está diretamente associado a outras condições. É menos uma questão de projeto do que uma práxis da transformação por meio de novas instituições adequadas aos novos processos, relações e estruturas. No que se refere à economia, não parece ser exagero destacar o equilíbrio necessário entre, de um lado, a intervenção do Estado (via regulação, atuação direta no aparelho produtivo, e desenvolvimento de novas formas de propriedade social) e, de outro, a eficiência do sistema de mercado e os estímulos ao capital privado. Neste sentido, é provável que o ambiente de negócios na economia venezuelana seja afetado negativamente pelo viés discricionário e pelo mecanismo de “tentativa e erro”. Experimentos sócio-econômicos e reconfiguração institucional implicam elevados custos de transação.²⁴ Estes custos serão, entretanto, decrescentes na medida em que haja avanço e consolidação da *trajetória socialista* e crescente robustez das instituições. Por outro lado, a economia da Venezuela tem vantagens locacionais específicas (a mais importante é a disponibilidade de hidrocarbonetos) e há potencial de crescimento do mercado doméstico. Estes são fatores positivos para o ambiente de negócios no país.

Os críticos e os pessimistas podem argumentar, entretanto, que é precisamente o fracasso dos novos experimentos que transformarão a trajetória socialista em uma trajetória de instabilidade e crise. Ou seja, cabe elaborar macrocenários alternativos menos otimistas que envolvam o fracasso absoluto ou relativo do projeto de sociedade atualmente vigente na Venezuela.

Crise sistêmica e transformismo

Na ausência das condições acima o atual processo político, econômico, social e institucional na Venezuela tende a fracassar. Neste sentido, visualizam-se dois macrocenários distintos no horizonte 2020. O primeiro é o fracasso absoluto que desembocará em crise sistêmica e que abarcará todas as dimensões,

²⁴ Os custos de transação referem-se aos custos de elaboração e implementação de contratos. Ou seja, os custos de transação dependem, *inter alia*, da robustez das instituições.

da economia à institucionalidade. Este é o cenário de *crise sistêmica*. O segundo macrocenário resulta do fracasso relativo e resultará do processo de conciliação frente a fatores desestabilizadores externos e pressões internas. Neste macrocenário, denominado *transformismo*, os grupos dirigentes venezuelanos (com ou sem a liderança de Chávez) abandonarão gradualmente as diretrizes estratégicas do projeto socialista.

Naturalmente, há diferenças marcantes entre estas duas trajetórias. Em termos de dinâmica do processo, a trajetória de crise sistêmica implica “ruptura com a ruptura”, ou seja, o retorno dos pilares básicos do modelo neoliberal implementado anteriormente na Venezuela. Ele tende a envolver, ainda, rupturas institucionais graves como as experimentadas pelo país no passado recente, mais especificamente, rebelião popular e golpe de Estado. Neste cenário, os atuais grupos dirigentes deixarão a arena política.

No que se refere à economia, o movimento do cenário de crise sistêmica é a imediata, ampla e irrestrita implementação de medidas de desregulamentação e de liberalização. Neste caso, haverá o desmonte da institucionalidade construída ou em fase de construção. Haverá o aniquilamento de instrumentos-chaves como aqueles incorporados nas reformas constitucionais realizadas ou nas propostas presentes na agenda política.²⁵ A ruptura do atual projeto de orientação socialista deve envolver outras medidas como privatização de empresas estatais (principalmente a PDVSA), desregulamentação do setor de hidrocarbonetos, estímulos à entrada de investimento externo direto (IED), liberalização da conta de capitais e desregulamentação do mercado de trabalho.

A ruptura com o modelo atual abrirá um período de reformas liberalizantes e de políticas macroeconômicas restritivas. Neste período os principais objetivos serão a redução da taxa de inflação e reconfiguração imediata dos gastos públicos, com o enxugamento ou desaparecimento do programas sociais, o retrocesso dos direitos universais (seguridade social, educação, etc.) e o enxugamento da máquina estatal (inclusive, via demissões). Um dos principais resultados é que a Venezuela ficará ainda mais condicionada pelo contexto internacional. Tendo em vista a disponibilidade de recursos naturais, é provável que as novas diretrizes

25 Neste ponto vale mencionar, por exemplo, a proposta de reforma constitucional de agosto de 2007: eliminação da autonomia do Banco Central da Venezuela (BCV); redução da jornada de trabalho para o máximo de seis horas diárias; e, proibição de latifúndios e monopólios. Esta proposta de reforma não foi aprovada. Isto não impede que no futuro, com outra correlação de forças, as medidas propostas sejam reapresentadas, aprovadas e implementadas.

econômicas envolvam mega-projetos no setor de extração mineral e, principalmente, no setor de hidrocarbonetos, bem como estímulos às atividades geradoras de divisas, como o turismo e as indústrias substituidoras de importações no setor de bens de consumo duráveis e de produtos intermediários via IED.

O cenário de *crise sistêmica* significa, naturalmente, uma trajetória de instabilidade e desempenho econômico medíocre. No longo prazo, a superação desta trajetória dependerá, em grande medida, da evolução da economia mundial e, em especial, do preço do petróleo. Naturalmente, como a própria experiência venezuelana mostrou nas últimas décadas, o preço favorável do petróleo é uma condição necessária para o desenvolvimento, mas não é uma condição suficiente. No cenário de crise sistêmica o mais provável é a reprodução, *mutadis mutandis*, das trajetórias de instabilidade e desempenho econômico medíocre das últimas duas décadas do século XX. No longo prazo, a visão otimista pós-crise sistêmica visualizaria um modelo liberal livre-cambista nos moldes daqueles processos que estão sendo implementados no Chile e no Peru.

Entretanto, é possível que no lugar do fracasso absoluto, haja o fracasso relativo do atual projeto de sociedade na Venezuela. No cenário de *transformismo* o abandono gradual das diretrizes socialistas não significa, necessariamente, um retorno ao modelo liberal tradicional. Na realidade, a questão da legitimidade do Estado e a própria sobrevivência dos grupos dirigentes podem levar a um retrocesso das políticas socialistas ao mesmo tempo em que se mantém instrumentos importantes de regulação e de intervenção no âmbito da economia. Neste sentido, é provável que o estímulo ao IED seja acompanhado de critérios de desempenho e persistam as políticas de intervenção no mercado de câmbio, bem como algum controle sobre a conta de capital e as atividades de comércio exterior. No cenário de transformismo é bem provável, ainda, que as questões de combate à pobreza e da distribuição de renda não sejam abandonadas, mas passem a ser tratadas marginalmente via transferências e políticas focalizadas. Ou seja, no cenário do transformismo venezuelano, após rivalidades e disputas, os grupos dirigentes se recompõem e reconfiguram significativamente o projeto socialista na direção de um projeto mais centrado na manutenção de espaços para estratégias e políticas nacionais relativamente autônomas, que são incompatíveis com o modelo liberal livre-cambista. Neste caso, é provável que o controle sobre o Banco Central seja mantido, ao mesmo tempo em que a função-objetivo da PDVSA seja alterada no sentido de valorizar a geração de lucro e a acumulação de capital em detrimento do seu uso como instrumento de política econômica e social. Portanto, haverá a

desconfiguração do atual projeto de orientação socialista sem a configuração de um projeto de livre-cambismo.

No *transformismo* as questões da reprodução dos grupos dirigentes e da legitimidade do Estado exigem uma trajetória econômica com baixa instabilidade e com melhora do ambiente de negócios. Este último se expressa concretamente nas oportunidades de lucro e acumulação de capital. Isto não significa, necessariamente, resultados pouco satisfatórios ou até mesmo medíocres. Portanto, no cenário de *transformismo*, com a manutenção de *policy spaces* e a modernização conservadora, é possível reduzir a vulnerabilidade externa da economia venezuelana e obter desempenho econômico satisfatório. O contexto internacional favorável poderá permitir, ainda, resultados razoáveis em termos de crescimento econômico e acumulação de capital.

Conclusão

A Venezuela defronta-se com três macrocenários distintos. O primeiro (*crise sistêmica*) é evidentemente pessimista. Tendo em vista o alto grau de tensão causada pela atual trajetória de orientação socialista, a reversão desta trajetória via ruptura tenderá a ser traumática. O potencial de trauma da ruptura tende a crescer no longo prazo com o avanço do projeto atual. Neste ponto, cabe uma pergunta de natureza histórica e contrafactual: O que teria acontecido na Venezuela após a tentativa de golpe de estado em 2002 se o preço do petróleo não tivesse subido significativamente a partir do início de 2003? Muito provavelmente, o movimento opositor teria acumulado forças e haveria uma situação de instabilidade e caos que desembocaria em crise sistêmica, tendo em vista a enorme dependência da Venezuela em relação aos hidrocarbonetos.

Conforme argumentado acima, o cenário pessimista depende de inúmeros condicionantes internos e externos. O fato concreto é que a sua probabilidade de ocorrência é diferente de zero. Neste cenário, já na fase inicial de “ruptura com a ruptura”, as políticas restritivas focadas na estabilização macroeconômica serão acompanhadas de medidas concretas de melhora do ambiente de negócios, principalmente, para os investidores estrangeiros. Fundamentalmente, trata-se da desregulamentação (minimização da intervenção estatal na economia via normas), liberalização (não-controles sobre as relações econômicas internacionais), maior escopo para o funcionamento do mercado (não-planejamento) e estímulos

ao setor privado. Neste último caso, retomam-se as práticas de privatização e de estímulos ao IED de períodos anteriores. No caso venezuelano, o setor de hidrocarbonetos é o que tem de mais atrativo quando se trata de IED. No que se refere à correlação de forças, o fato concreto é que o balanço de poder dependerá, em última instância, da conjuntura internacional. Esta é uma peculiaridade de um país, como a Venezuela, que tem elevada vulnerabilidade externa. Não é por outra razão, que o governo Chávez tem como foco a integração regional e os esquemas bilaterais com diversos países de fora da região. Este foco permite maior diversificação da produção interna (integração de cadeias produtivas), gradual mudança do padrão de comércio exterior e redistribuição geográfica das relações econômicas internacionais do país.

O segundo cenário é o *transformismo*. Ou seja, trata-se de um cenário marcado por pessimismo ou otimismo qualificado, dependendo da perspectiva que se tome. No cenário de *transformismo* há a reversão e mesmo o abandono de algumas estratégias básicas do atual projeto. Este abandono não implica a reintrodução do modelo liberal tradicional na Venezuela via desregulamentação e liberalização ampla, profunda e rápida da economia nas esferas produtiva, comercial, tecnológica e monetário-financeira. Por uma questão de sobrevivência política, os grupos dirigentes explorarão mecanismos de conciliação e reforma na economia, porém manterão algum *policy space*, ou seja, alguma autonomia relativa de política econômica, no contexto da *concertación* política com grupos políticos conservadores internos. Neste sentido, é provável que a maior estabilidade econômica (por exemplo, maior controle da inflação) tenha como implicação avanços menos expressivos na área social e na economia (ganhos menores em termos de distribuição de renda e menores taxas de crescimento do PIB).

No cenário de *transformismo*, a manutenção do *policy space* exige ajustes finos entre liberalização e protecionismo, mercado e planejamento, desregulamentação e regulamentação, esfera produtiva e setor financeiro, e propriedade pública e privatização. A magnitude e a direção destes ajustes dependerão da correlação de forças políticas. Ao fim e ao cabo, é muito provável que os grupos dirigentes do *transformismo* se submetam às pressões internas e externas e caminhem na direção da construção de um ambiente de negócios focado no estímulo ao capital privado, inclusive, o de origem externa. Neste sentido, mais uma vez, não há como deixar de lado a grande vantagem específica da Venezuela que é o setor de hidrocarbonetos, onde as oportunidades de negócios continuarão sendo um atrativo para investidores internacionais. Entretanto, também não se deve deixar de lado a hi-

pótese de consolidação de uma nova oligarquia política que se deixe contaminar pelo “vírus do poder, riqueza e glória”. A degenerescência progressiva dos grupos dirigentes levará à interrupção do processo de mudanças e, ao fim e ao cabo, à própria reversão deste processo.

Portanto, no cenário de *transformismo*, a Venezuela se juntaria ao grupo de países latino-americanos (como Brasil, Colômbia e Paraguai) que, ao mesmo tempo em que rejeitam o liberalismo livre-cambista, implementam versões do modelo liberal periférico. Este modelo, por um lado, abarca os fundamentos do liberalismo e, por outro, envolve políticas próprias do social-liberalismo, principalmente, aquelas associadas com a redução da pobreza. O fundamental, entretanto, é que o *transformismo* implica o abandono dos compromissos com distribuição de riqueza (maior igualdade possível na distribuição de riqueza, renda, poder e conhecimento), controle social do estado (combater a apropriação do estado por grupos dirigentes e grupos econômicos) e uso social do excedente econômico (via tributação, planejamento e propriedade pública dos principais meios de produção).

O terceiro cenário (*trajetória socialista*) é claramente otimista e supõe o sucesso crescente e a consolidação do projeto de orientação socialista que tem avançado no país deste 1999. Se as condições necessárias forem atendidas, por meio do uso social do excedente econômico, este cenário implica taxas elevadas de crescimento econômico, redução da pobreza, melhora do padrão de vida do povo venezuelano e, provavelmente, mudanças estruturais em termos de distribuição de riqueza, renda e poder. A coesão da sociedade e a estabilidade econômica serão acompanhadas do desenvolvimento institucional. A crescente credibilidade dos grupos dirigentes e a legitimidade do Estado tenderão a reduzir os custos de transação e a estimular o investimento. Ademais, como resultado das estratégias e políticas econômicas, o setor de hidrocarbonetos, ainda que de grande relevância, tenderá a perder peso específico na dinâmica de desenvolvimento econômico do país. Neste cenário otimista a experiência venezuelana será um novo paradigma internacional e, principalmente, regional.

Referências bibliográficas

- CANO, Wilson. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CEPAL. *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2008*. Santiago: Comisión Economía para a América Latina e o Caribe. Disponível: <http://www.eclac.org>.
- CEPAL. *Panorama Social de América Latina y el Caribe 2008*. Santiago: Comissão de Economia para a América Latina e o Caribe. Disponível: <http://www.eclac.org>.
- FILGUEIRAS, Luiz, GONÇALVES, Reinaldo. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.
- GONÇALVES, Reinaldo. "Estratégias de desenvolvimento e Integração da América do Sul: Divergência e retrocesso." *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, dezembro 2009, a sair.
- INE - Instituto Nacional de Estadística. Resumen de Indicadores Sociodemográficos 1998-2008. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Planificación y Desarrollo. Disponível: <http://www.ine.gov.ve/resumenindicadorestosociales/descarga/ResumenIndicadoresSociodemograficos.zip>.
- MICHELS, Robert. *Political Parties. A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*. New York: The Free Press, 1962 (1911).
- SEVERO, Luciano Wexell. "Venezuela: los diez años de gobierno Chávez y el desafío de 'sembrar el petróleo'." *Oikos*, vol. 8, Nº 1, 2009, p. 93-117.
- SISOV - Sistema Integrado de Indicadores Sociales de Venezuela. Indicadores. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Planificación y Desarrollo. Disponível: <http://www.sisov.mpd.gob.ve/indicadores/>.
- UNCTAD. *Handbook of Statistics 2008*. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development, 2009. Disponível: http://www.unctad.org/en/docs/tdstat33_en.pdf.
- WEISBROT, M., RAY, R., SANDOVAL, L. *The Chávez Administration at 10 Years: The Economy and Social Indicators*. Washington, D.C.: Center for Economic and Policy Research. 2009. Disponível: <http://www.cepr.net/index.php/publications/reports/the-chavez-administration-at-10-years-the-economy-and-social-indicators/>.

Cronologia do processo editorial

Recebimento do artigo: 17-ago-2009 | Envio ao 1º avaliador: 31-ago-2009 | Envio ao 2º avaliador: 03-set-2009 | Recebimento da 1ª avaliação: 25-set-2009 | Recebimento da 2ª avaliação: 18-set-2009 | Envio para revisão do autor: 27-set-2009 | Recebimento do artigo revisado: 12-out-2009 | Aceite: 14-out-2009.